Título: Fundador da ONG Contas Abertas explica formas de combater à corrupção em visita em visita a Florianópolis

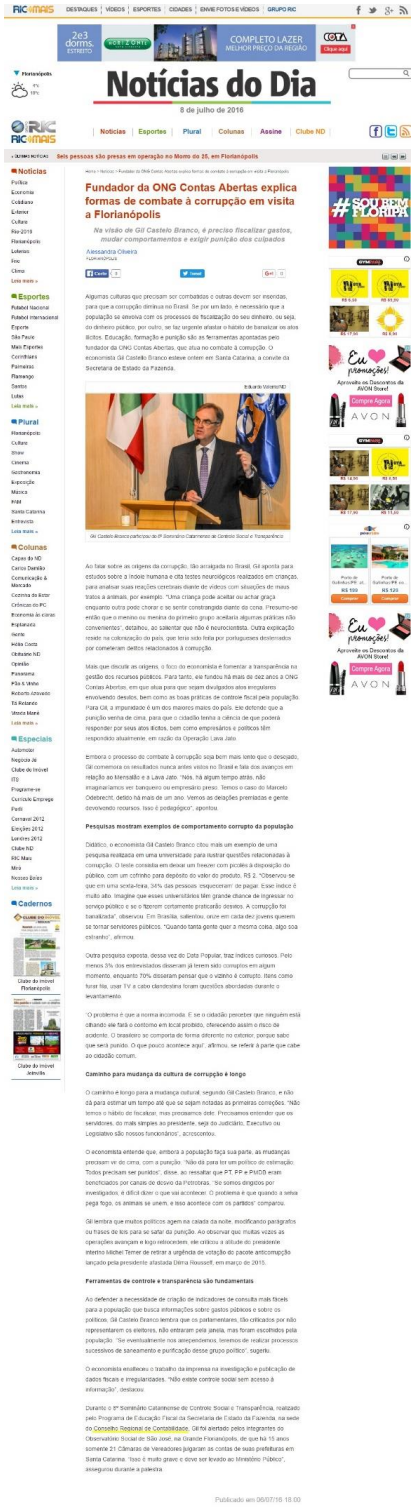
Veículo: Notícias do Dia on line

Cidade: Florianópolis (SC)

Data: 06.07.2016

Página: http://www.ndonline.com.br/florianopolis/noticias/316358-fundador-da-ong-contas-abertas-explica-formas-de-combate-a-corrupcao-em-visita-a-florianopolis.html

---



Notícias do Dia

8 de julho de 2016

Fundador da ONG Contas Abertas explica formas de combate à corrupção em visita a Florianópolis

Na visão de Gil Castelo Branco, é preciso fiscalizar gastos, mudar comportamentos e exigir punição dos culpados

Alessandra Oliveira

Alguns culturas que precisam ser combatidas e outras devem ser inseridas, para que a corrupção diminua no Brasil. Se por um lado, é necessário que a população se envolva com os processos de fiscalização do seu dinheiro, ou seja, do dinheiro público, por outro, se faz urgente alastrar o hábito de denunciar os atos ilícitos. Educação, formação e punição são as ferramentas apontadas pelo fundador da ONG Contas Abertas, que atua no combate à corrupção. O economista Gil Castelo Branco esteve ontem em Santa Catarina, a convite da Secretaria de Estado da Fazenda.

Gil Castelo Branco participou do 8º Seminário Catarinense de Controle Social e Transparência

Ao falar sobre as origens da corrupção, tão arraigada no Brasil, Gil aposta para estudos sobre a índole humana e cita testes neurológicos realizados em crianças, para avaliar suas reações cerebrais diante de vídeos com situações de maus tratos a animais, por exemplo. "Uma criança pode aceitar ou achar graça enquanto outra pode chorar e se sentir constrangida diante da cena. Presumo-se então que o mesmo ou mesmo do primeiro grupo aceitaria algumas práticas não convencionais", detalhou, ao salientar que não é neurocientista. Outra explicação reside na colonização do país, que teria sido feita por portugueses degredados por cometerem delitos relacionados à corrupção.

Mais que discutir as origens, o foco do economista é fomentar a transparência na gestão dos recursos públicos. Para tanto, ele fundou há mais de dez anos a ONG Contas Abertas, em que atua para que sejam divulgados atos irregulares envolvendo desvios, bem como as boas práticas de controle fiscal pela população. Para Gil, a impunidade é um dos maiores males do país. Ele defende que a punição venha de cima, para que o cidadão tenha a ciência de que poderá responder por seus atos ilícitos, bem como empresários e políticos têm respondido atualmente, em razão da Operação Lava Jato.

Embora o processo de combate à corrupção seja bem mais lento que o desejado, Gil comemora os resultados nunca antes vistos no Brasil e fala dos avanços em relação ao Mensalão e a Lava Jato. "Há, há algum tempo atrás, não imaginaríamos ver banqueiro ou empresário preso. Temos o caso do Marcelo Odebrecht, detido há mais de um ano. Vemos as delações premiadas e gente devolvendo recursos. Isso é pedagógico", aponta.

Pesquisas mostram exemplos de comportamento corrupto da população

Didático, o economista Gil Castelo Branco citou mais um exemplo de uma pesquisa realizada em uma universidade para ilustrar questões relacionadas à corrupção. O teste consistia em deixar um freezer com picolés à disposição do público, com um cofrinho para depósito do valor do produto, R$ 2. "Observou-se que em uma sexta-feira, 34% das pessoas esqueceram de pagar. Esse índice é muito alto. Imagine que esses universitários têm grande chance de ingressar no serviço público e se o fizerem certamente praticarão desvios. A corrupção foi banalizada", observou. Em Brasília, salientou, cerca em cada dez jovens querem se tornar servidores públicos. "Quando tanta gente quer a mesma coisa, algo soa estranho", afirmou.

Outra pesquisa exposta, desse vez do Data Popular, traz índices curiosos. Pelo menos 3% dos entrevistados disseram já terem sido corruptos em algum momento, enquanto 70% disseram pensar que o vizinho é corrupto. Itens como furar fila, usar TV a cabo clandestina foram questões abordadas durante o levantamento.

"O problema é que a norma incomoda. E se o cidadão percebe que ninguém está olhando ele fará o contorno em local proibido, oferecendo assim o risco de acidente. O brasileiro se comporta de forma diferente no exterior, porque sabe que será punido. O que pouco acontece aqui", afirmou, se referir à parte que cabe ao cidadão comum.

Caminho para mudança da cultura de corrupção é longo

O caminho é longo para a mudança cultural, segundo Gil Castelo Branco, e não dá para estimar um tempo até que se sejam notadas as primeiras corrupções. "Não temos o hábito de fiscalizar, mas precisamos dele. Precisamos entender que os servidores, do mais simples ao presidente, seja do Judiciário, Executivo ou Legislativo são nossos funcionários", acrescentou.

O economista entende que, embora a população faça sua parte, as mudanças precisam vir de cima, com a punição. "Não dá para ter um político de estimação. Todos precisam ser punidos", disse, ao ressaltar que PT, PP e PMDB eram beneficiados por canais de desvio da Petrobras. "Se somos dirigidos por investigados, é difícil dizer o que vai acontecer. O problema é que quando a selva pega fogo, os animais se unem, e isso acontece com os partidos" comparou.

Gil lembra que muitos políticos agem na calada da noite, modificando parágrafos ou trases de leis para se safar da punição. Ao observar que muitas vezes as operações avançam e logo relaxadas, ele criticou a atitude do presidente interino Michel Temer de retirar a urgência de votação do pacote anticorrupção lançado pela presidente afastada Dilma Rousseff, em março de 2015.

Ferramentas de controle e transparência são fundamentais

Ao defender a necessidade de criação de indicadores de consulta mais fáceis para a população que busca informações sobre gastos públicos e sobre os políticos, Gil Castelo Branco lembra que os parlamentares, tão criticados por não representarem os eleitores, não entraram pela janela, mas foram escolhidos pela população. "Se eventualmente nos arrependermos, teremos de realizar processos sucessivos de saneamento e purificação desse grupo político", sugeriu.

O economista enaltecou o trabalho da imprensa na investigação e publicação de dados fiscais e irregularidades. "Não existe controle social sem acesso à informação", destacou.

Durante o 8º Seminário Catarinense de Controle Social e Transparência, realizado pelo Programa de Educação Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda, na sede do Conselho Regional de Contabilidade, Gil foi alertado pelos integrantes do Observatório Social de São José, na Grande Florianópolis, de que há 15 anos somente 21 Câmaras de Vereadores julgaram as contas de suas prefeituras em Santa Catarina. "Isso é muito grave e deve ser levado ao Ministério Público", assegurou durante a palestra.

Publicado em 06/07/16 18:00